

MUDANÇAS NO LAGO NORTE

Para manter a boa qualidade de vida, moradores do Distrito Federal estão sempre atentos a possíveis mudanças. Organizados, conseguiram barrar projetos do Executivo e do Legislativo, considerados prejudiciais às comunidades

A pressão que dá certo

Paola Lima

Da equipe do Correio

A baixo-assinados, reuniões, panfletagens, representações e ações populares. Vale tudo. Os brasilienses descobriram que organizados conseguem pressionar o governo e reverter ações que comprometam um dos conceitos mais valorizados na capital federal: a qualidade de vida.

"Temos de proteger a nossa cidade", diz a prefeita da Península Norte, Cybele Lunkes, a mais recente líder comunitária em briga com o governo do Distrito Federal. Para evitar que prédios residenciais sejam construídos no Lago Norte, Cybele iniciou uma campanha de mobilização.

Se der resultado, não será a primeira vez que os moradores do Lago Norte terão barrado um projeto de lei que prejudicava seus interesses. No início deste ano, eles pressionaram o governador Joaquim Roriz e conseguiram revogar a lei que transformava o Parque Vivencial do Lago Norte em um Setor Habitacional.

QUALIDADE DE VIDA

"Sempre participamos dos movimentos comunitários. Fomos nós, inclusive, que evitamos a instalação de comércio entre as quadras residenciais", lembra o advogado Eliton Guimarães, morador da QL 08 e ex-presidente do Conselho Comunitário do Lago Norte. Ao contrário do Lago Sul, o comércio no Lago Norte fica nas áreas entre as pistas principais do bairro.

Pela manutenção da qualidade de vida, os moradores do Plano Piloto também se mobilizaram. Há dois meses, impediram a votação de um projeto de Lei do GDF, permitindo a venda de 49 terrenos vazios das entrequadras do Plano Piloto, Lago Sul, Lago Norte e Sudoeste. "Nas questões relacionadas a urbanismo, só a sociedade organizada pode pressionar e evitar ações impensadas do governo", pondera o arquiteto Fernando Madeira, membro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Para o professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, Cláudio Queiroz, a população começa a entender que morar em Brasília não é só viver numa cidade sem esquinas. "A população está consciente de que é preciso preservar a qualidade de vida que a cidade nos oferece."

PROJETOS BARRADOS

LAGO NORTE

PARQUE VIVENCIAL

Em dezembro de 2000, a Câmara Legislativa aprovou uma lei que extinguiu o Parque Vivencial do Lago Norte para criar um Setor Habitacional. A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos alertou o governo de que a construção de residências no local prejudicaria a bacia do Paranoá. A comunidade do Lago Norte fez um abaixo-assinado e exigiu uma reunião com o governador para discutir o assunto. Roriz revogou a lei.

LAGO SUL

HOTEL VETADO

A Câmara Legislativa aprovou, no final do ano passado, um projeto de lei mudando a destinação de uma área na QI 1 de comércio para hotel. Preocupada com os transtornos que o hotel causaria, a comunidade apelou para o Ministério Público do Distrito Federal. Antes mesmo que o MPDF agisse, o administrador do Lago Sul, Marcelo Amaral, prometeu negociar para que o hotel não fosse construído.

PARK WAY

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Em abril deste ano, os moradores do Park Way barraram um projeto do deputado Gim Argello (PMDB), que criava uma área de 40 mil m² para os Correios. Eles reclamaram de que a proposta prejudicaria

as zonas de preservação ambiental. Depois de reuniões com a comunidade, Gim alterou o projeto e determinou que a área só seria licitada depois que o interessado fizesse um estudo de impacto ambiental.

BRASÍLIA

LOTES VAZIOS

O GDF enviou à Câmara, em agosto, o Projeto de Lei 2.119, permitindo a venda de 49 terrenos vazios das entrequadras do Plano Piloto, Lago Sul, Lago Norte e Sudoeste. Segundo o governo, os lotes — destinados à construção de escolas-parque, clubes de vizinhança e quadras de esporte — estavam ociosos há mais de 40 anos. A comunidade rejeitou e a pressão funcionou. O Iphan foi contrário ao projeto e ele foi retirado de pauta.

GAMA

LAZER GARANTIDO

Apoiados pela Lei Distrital 1.959, de 8 de julho de 1998, que destina uma área no Setor Norte do Gama a lazer e recreação, a comunidade local briga pela preservação do Parque Urbano e Vivencial do Gama. A pressão é tanta que, no início do ano, quando a administração cedeu um terreno de dois mil m², na quadra 2 do Setor Norte, para a Novo Rio Papéis fazer reciclagem de lixo, os moradores conseguiram que o MPDF embargasse a obra. Agora, lutam para que o parque vire área de preservação ambiental.